

TRADUÇÃO*

EPISTEMIC OPERATORS - FRED I. DRETSKE**

OPERADORES EPISTÊMICOS - FRED I. DRETSKE

Luis Fernando Munaretti da Rosa***

Suponha que Q é uma consequência necessária de P . Dado somente este tanto, é claro que é completamente trivial que se é verdade que P , então deve também ser verdade que Q . Se é um fato que P , então deve também ser um fato que Q . Se é necessário que P , então é necessário que Q ; e se é possível que P , então deve ser possível que Q .

Acabei de mencionar quatro prefixos: ‘é verdade que’, ‘é um fato que’, ‘é necessário que’, e ‘é possível que’. Neste artigo farei referência a tais afixos como *operadores sentenciais* ou simplesmente *operadores*; quando afixados a uma sentença ou enunciado, operam nestes para gerar outra sentença ou enunciado. A característica distintiva dos quatro operadores que acabei de mencionar é que, se Q é uma consequência necessária de P , então o enunciado que obtemos ao operar em Q com algum destes quatro operadores é uma consequência necessária do enunciado que obtemos ao operar em P com o mesmo operador. Isso pode ser colocado de forma mais simples se deixarmos ‘O’ estando pelo operador em questão e ‘O(P)’ pelo enunciado que obtemos ao afixar o operador ‘O’ ao enunciado ‘P’. Podemos agora dizer que os quatro operadores acima compartilham a seguinte propriedade: se P acarreta (‘entails’) Q , então O(P) acarreta O(Q). Chamarei a qualquer operador que tenha esta propriedade um *operador penetrante* (ou, quando se requer ênfase, um *operador*

* O tradutor deste artigo recebeu autorização de tradução diretamente do autor do artigo. A referida autorização encontra-se em poder da revista.

** Versões deste artigo foram lidas para os departamentos de filosofia de diversas universidades nos Estados Unidos e no Canadá, durante os anos 1969/70. Eu tirei grande proveito destas discussões. Gostaria especialmente de agradecer Paul Dietl, que me ajudou a ver um número de pontos mais claramente (talvez ainda não claro o suficiente na sua opinião). Finalmente, minhas trocas com Mr. Don Affeldt foram extremamente úteis; Devo muito a ele em conexão com alguns dos pontos desenvolvidos nas últimas partes do artigo (Nota do autor).

*** Mestrando em Filosofia - PUCRS Contato: fsopho@hotmail.com

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

completamente penetrante). Ao operar em P estes operadores penetram em toda consequência necessária de P .

Estamos agora em posição de colocar a nós mesmos uma questão preliminar. A resposta a esta pergunta é fácil o suficiente, mas ela irá preparar o terreno para questões mais difíceis. Todos os operadores sentenciais são operadores completamente penetrantes? São todos os operadores tais que se P acarreta Q , então $O(P)$ acarreta $O(Q)$? Se *todos* operadores são operadores penetrantes, então cada um dos enunciados abaixo deve ser verdadeiro (quando P acarreta Q):

- (1) Você não pode ter uma razão para crer que P a menos que você tenha uma razão para crer que Q .
- (2) Você não pode saber que P a menos que saiba que Q .
- (3) Você não pode explicar porque P é o caso a menos que possa explicar porque Q é o caso.
- (4) Se você afirma que P , então você afirma que Q .
- (5) Se você espera que P , então você espera que Q .
- (6) Se é estranho (ou acidental) que P , então deve ser estranho (ou acidental) que Q .
- (7) Se era um erro que P , então era um erro que Q .

A lista começa com dois operadores epistêmicos ‘razão para crer que’ e ‘sabe que’. Uma vez que estarei tratando destes últimos neste artigo, deixe-me pulá-los agora e atentar para aqueles que aparecem perto do fim da lista. Eles serão suficientes para responder nossa questão inicial, e seu status é muito menos problemático do que o de alguns dos outros operadores.

‘Ela perdeu’ acarreta ‘Alguém perdeu’. Ainda que possa ser estranho que ela perdeu, não é de todo estranho que alguém perdeu. ‘Bill e Susan casaram-se um com o outro’ acarreta que Susan se casou; ainda que possa ser completamente curioso que (estranho que, incrível que) Bill e Susan se casaram, é normal, e não de todo curioso que, Susan se casou. Pode ter sido um erro que eles se casaram um com o outro, não um erro que Susan se casou. Ou finalmente ‘Acerto na mosca’¹ acarreta que acerto na mosca ou na lateral do celeiro²; e

¹ A expressão aqui usada é ‘I hit the bull’s-eye’, que traduzida literalmente fica ‘Acerto o olho do boi’. A expressão é usada para dizer algo como ‘Acerto no centro do alvo’, o que traduzo com uma expressão popular nossa: ‘Acerto na mosca’. (Nota do tradutor)

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

embora eu admita que foi sorte que (acidental que) acertei na mosca, irei negar que foi sorte, um acidente, que acertei na mosca ou na lateral do celeiro.

Tais exemplos mostram que nem todos operadores são completamente penetrantes. De fato, tais operadores como ‘é estranho que’, ‘é acidental que’ e ‘é um erro que’ falham em penetrar em algumas das mais elementares conseqüências lógicas de uma proposição. Considere o acarretamento entre ‘ $P \cdot Q$ ’ e ‘ Q ’³. Claramente, pode ser estranho que P e Q , não de todo estranho que P , e não de todo estranho que Q . Uma concatenação de fatores, nenhum dos quais é estranho ou acidental, pode ela mesma ser estranha ou acidental. Tomado em si mesmo, nada há de estranho ou suspeito em Frank estar segurando o bilhete vencedor na primeira corrida. O mesmo poderia ser dito de quaisquer outras corridas: nada há de estranho ou suspeito em Frank estar segurando um bilhete vencedor na n^a corrida. Contudo, há algo muito estranho, muito suspeito, em Frank ter um bilhete vencedor em n corridas.

Portanto, não somente estes operadores não são completamente penetrantes, eles se situam, como se estivessem, no outro fim do espectro. Eles falham em penetrar em algumas das mais elementares conseqüências de uma proposição. Irei me referir a esta classe de operadores como operadores *não-penetrantes*. Não quero sugerir com este rótulo que tais operadores são totalmente impotentes a este respeito (ou que eles são todos uniformes em seu grau de penetração). Quero antes dizer, em um sentido aproximado e comparativo: seu *grau de penetração* é menor do que o de qualquer um dos outros operadores que terei a ocasião de discutir.

Temos, então, dois finais do espectro com exemplos de ambos os finais. Qualquer coisa que cai entre os dois extremos irei chamar de *operador semi-penetrante*. E com esta definição eu estou, finalmente, em posição de expressar meu ponto principal, o ponto que quero defender no restante deste artigo. Este é, simplesmente, o de que todos os operadores epistêmicos são operadores semi-penetrantes. Há ambos, um lado trivial e um lado significativo desta afirmação. Deixe-me primeiro tratar brevemente com o aspecto trivial.

Os operadores epistêmicos sobre os quais falo quando digo que todos operadores epistêmicos são semi-penetrantes incluem o seguinte:

² O leitor pode achar estranha esta inferência. Trata-se da regra lógica de introduzir uma disjunção a uma (qualquer) proposição verdadeira. No caso, à proposição ‘Acerto na mosca’ é acrescida a disjunção com ‘Acerto na lateral do celeiro’. Em notação lógica: $p \rightarrow p \vee q$. (Nota do tradutor)

³ Dretske está usando o ponto ‘ \cdot ’ como sinal de conjunção (P e Q). Utiliza-se ainda, para a mesma função, estes símbolos: ‘ \wedge ’ e ‘ $\&$ ’. (Nota do tradutor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

- (a) S sabe que...
- (b) S vê (ou pode ver) que...
- (c) S tem razão (ou uma razão) para crer que...
- (d) Há evidência para sugerir que...
- (e) S pode provar que...
- (f) S aprendeu (descobriu) que...
- (g) Em relação à nossa evidência é provável que...

Parte do que precisa ser estabelecido ao mostrar que estes operadores são todos semi-penetrantes, é que eles todos possuem um grau de penetração maior do que o dos operadores não-penetrantes. Este é o lado trivial da minha tese. Eu digo que ele é trivial porque parece a mim bastante óbvio que se alguém sabe que P e Q , tem uma razão para crer que P e Q , ou pode provar que P e Q , este alguém por meio disso sabe que Q , tem uma razão para crer que Q , ou pode provar (no sentido epistêmico apropriado deste termo) que Q . De forma similar, se S sabe que Bill e Susan casaram-se um com o outro, ele (deve) saber que Susan se casou (casou com alguém). Se ele sabe que P é o caso, ele sabe que P ou Q é o caso (onde o 'ou' é entendido no sentido em que torna ' P ou Q ' uma consequência necessária de ' P '). Isto não é uma afirmação sobre o que seria apropriado dizer, o que a própria pessoa pensa que sabe ou diria que sabe. É uma questão, simplesmente, do que ela sabe. Pode não ser apropriado dizer à esposa de Jim que você sabe que foi ou o seu marido, Jim, ou Harold que enviou para a vizinha um presente caro, *quando você sabe que foi Harold*. Pois, embora você saiba disso, é enganador dizer que você sabe isso – especialmente para a esposa de Jim.

Deixe-me aceitar, portanto, sem um argumento adicional, que os operadores epistêmicos não são, diferentemente de 'sorte que', 'estranho que', 'um erro que', e 'acidental que', operadores não-penetrantes. Gostaria de voltar, então, para o lado mais significativo da minha tese. Antes que eu o faça, porém, devo tornar um ponto claro antes que ele converta toda a minha tese em algo tão trivial como a sua primeira metade. Quando estamos tratando com operadores epistêmicos, torna-se crucial especificar se o agente em questão sabe que P acarreta Q . Isso é dizer que, P pode acarretar Q , e S pode saber que P , mas ele pode não saber que Q porque, e talvez somente porque, ele falha em perceber que P acarreta Q . Quando Q é uma simples consequência lógica de P nós não esperamos que isso aconteça, mas quando as

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

proposições se tornam muito complexas, ou as relações entre elas se tornam muito complexas, isso pode facilmente ocorrer. Deixe P ser um conjunto de axiomas e Q um teorema. O fato de S saber que P não acarreta o fato de S saber que Q só porque P acarreta Q ; pois, é claro, S pode não saber que P acarreta Q , pode não saber que Q é um *teorema*. Assim, nossos operadores epistêmicos se revelarão como sendo não-penetrantes porque, e talvez *somente* porque, os agentes em questão não são completamente conhecedores de todas as implicações daquilo que eles sabem ser o caso, podem ver que é o caso, têm razões para crer que é o caso, e assim por diante. Fôssemos todos nós lógicos idealmente astutos, estivéssemos todos nós dispendo completamente de todas as conseqüências necessárias (supondo que esta seja uma classe bem definida) de toda proposição, talvez então os operadores epistêmicos tornar-se-iam operadores completamente penetrantes. Isto é, assumindo que se P acarreta Q , nós sabemos que P acarreta Q , então todo operador epistêmico é um operador penetrante: os operadores epistêmicos penetram em todas as conseqüências *conhecidas* de uma proposição.

É esta última afirmação, ligeiramente modificada, que pretendo rejeitar. Portanto, irei assumir durante a discussão que quando Q é uma conseqüência necessária de P , todo agente relevante *sabe que ela é*. Estarei tratando somente com as *conseqüências conhecidas* (em muitos casos porque elas são conseqüências óbvias e imediatas). O que eu quero mostrar é que, mesmo sob esta restrição especial, os operadores epistêmicos são *somente* semi-penetrantes.

Penso que muitos filósofos iriam discordar com esta alegação. A convicção é de que o valor epistêmico de uma proposição é hereditário sob acarretamento, que qualquer que seja o valor epistêmico de P , *ao menos* o mesmo valor deve ser outorgado às conseqüências conhecidas de P . Esta convicção encontra expressão em uma variedade de formas. Lógica epistêmica: se S sabe que P , e sabe que P acarreta Q , então S sabe que Q . Teoria da probabilidade: se A é provável, e B é uma conseqüência lógica de A , então B é provável (relativo à mesma evidência, é claro). Teoria da confirmação: se a evidência e tende a confirmar a hipótese h , então e confirma indiretamente todas as conseqüências lógicas de h . Mas talvez a melhor evidência em favor da suposição de que muitos filósofos têm considerado os operadores epistêmicos como completamente penetrantes, é a forma com que eles têm argumentado e as óbvias suposições que estruturam seus argumentos. Qualquer um que tiver argumentado da forma a seguir parece-me estar assumindo a tese da penetrabilidade (como irei chamá-la): se você não sabe se Q é verdade ou não, e P não pode ser verdade ao

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

menos que Q seja verdade, então você (obviamente) não sabe se P é verdade ou não. Uma forma sutilmente mais elaborada do mesmo argumento segue assim: se S não sabe se Q é ou não é verdade, então por tudo que ele sabe pode ser falso. Se Q é falso, no entanto, então P tem que ser falso. Assim, por tudo o que S sabe, P pode ser falso. Portanto, S não sabe que P é verdade. Este padrão de argumento está espalhado por toda literatura epistemológica. Quase todas as objeções céticas baseiam-se nele. S afirma saber que isto é um tomate. Uma consequência necessária de isto ser um tomate é de que isto não é uma engenhosa imitação que só se parece com um tomate (e, se você quiser, que tem gosto similar ao do tomate). Mas S não sabe que isto *não* é uma engenhosa imitação que só se parece com (e tem gosto de) um tomate. (Eu assumo aqui que ninguém está preparado para argumentar que tudo aquilo que se pareça com, e tem gosto de um tomate para S , *deve ser* um tomate). Portanto, S não sabe que isto é um tomate. Nós podemos, é claro, responder com G. E. Moore que nós certamente sabemos que isto é um tomate (depois de tal exame), e uma vez que tomates não são imitações nós sabemos que isto não é uma imitação. É interessante notar que esta resposta pressupõe o mesmo princípio que a objeção cética pressupõe: ambos assumem que se S sabe que isto é um P , e sabe que todo P é um Q , então S sabe que isto é um Q . A única diferença é que o cético executa um *modus tollens* e Moore um *modus ponens*. Nenhum deles discute o próprio princípio.

Seja uma questão de sonhos ou demônios⁴, ilusões ou farsas, surge o mesmo padrão de argumento. Se você sabe que isto é uma cadeira, você deve saber que não está sonhando (ou sendo enganado por um demônio astuto), uma vez que isto ser uma cadeira (real) implica que isto não é simplesmente uma invenção da sua própria imaginação. Tais argumentos assumem que os operadores epistêmicos, e em particular o operador ‘saber’, penetram em todas as consequências conhecidas de uma proposição. Se estes operadores não fossem penetrantes, muitas destas objeções poderiam ser irrelevantes. Considere a seguinte discussão:

S: Que estranho! Há tomates crescendo na minha macieira.

⁴ Dretske está se referindo aqui às hipóteses céticas de que eu posso estar sonhando ou sendo enganado por um gênio maligno, ao invés de estar diante de objetos reais (hipótese aventada por Descartes em: DESCARTES, 2000), o que tornaria minhas crenças empíricas todas falsas. O mesmo padrão estaria presente na hipótese dos ‘cérebros numa cuba’, em que não temos corpo e somos somente um cérebro sendo alimentado por um fluido nutriente, recebendo *inputs* sensoriais de fios aferentes, novamente tendo falsas experiências empíricas (hipótese aventada por Putnam em: PUTNAM, 1992). (Nota do tradutor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

K: Isto não é de todo estranho. Tomates, afinal, são objetos físicos, e o que há de tão estranho em objetos físicos crescendo em sua macieira?

O que torna a resposta de K tão boba é que ele está tratando o operador ‘estranho que’ como um operador completamente penetrante: não pode ser estranho que há tomates crescendo na macieira a menos que as conseqüências disso (p. ex., há objetos crescendo na macieira) sejam também estranhas. De forma similar, *pode não* ser de todo relevante fazer a objeção a alguém que afirma saber que há tomates na macieira de que ele não sabe, não pode estar absolutamente certo, que há realmente quaisquer objetos materiais. Se esta é ou não é uma objeção relevante irá depender de se esta conseqüência particular, de haver tomates na macieira, é ou não uma das conseqüências nas quais os operadores epistêmicos penetram. O que eu quero argumentar no restante deste artigo é que os argumentos céticos tradicionais exploram precisamente aquelas conseqüências de uma proposição nas quais os operadores epistêmicos não penetram, precisamente aquelas conseqüências que distinguem os operadores epistêmicos dos operadores completamente penetrantes.

Para fazer suporte a esta afirmação deixe-me começar com alguns exemplos que são, assim penso, bastante intuitivos, e então voltar para alguns casos mais problemáticos. Irei começar com o operador ‘razão para crer que’, embora o que eu tenho a dizer poderia ser dito igualmente com qualquer um deles. Este operador em particular tem a vantagem adicional de que se ele pode ser mostrado como sendo somente semi-penetrante, então muitas descrições de conhecimento, aquelas que interpretam este como uma forma de crença verdadeira justificada, estariam também comprometidas a tratar ‘saber que’ como um operador semi-penetrante. Pois, presumidamente, ‘saber que’ não penetraria mais fundo que ‘razão para crer que’.

Suponha que você tem uma razão para crer que a igreja está vazia. Você *tem* que ter uma razão para crer que isto é uma igreja? Não estou perguntando se você geralmente tem tal razão. Estou perguntando se alguém pode ter razão para crer que a igreja está vazia sem ter uma razão para crer que é uma igreja que está vazia. Certamente sua razão para crer que a igreja está vazia não é *ela mesma* uma razão para crer que isto é uma igreja; ou *não precisa* ser. Sua razão para crer que a igreja está vazia pode ser a de que você acabou de fazer uma inspeção dentro dela sem encontrar qualquer pessoa. Esta é uma boa razão para crer que a igreja está vazia. Tão certo como claro, no entanto, ela não é uma razão, e muito menos uma

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

boa razão, para crer que o que está vazio é uma igreja. O fato é que, ou assim me parece, eu não tenho que ter *qualquer* razão para crer que é uma igreja. É claro, eu nunca *diria* que a igreja estava vazia, ou que eu tinha uma razão para crer que a igreja estava vazia, a menos que tivesse acreditado, e presumivelmente tido uma razão para assim crer, que *era* uma igreja que estava vazia, mas isso é uma condição presumida do meu *dizer* algo, não do meu ter uma razão para crer em algo. Suponha que eu tivesse simplesmente assumido (corretamente como segue) que a construção era uma igreja. Isto mostraria que eu não tinha razão para crer que a igreja estava vazia?

Suponha que estou descrevendo a você as “aventuras” do meu irmão Harold. Harold está visitando Nova York pela primeira vez, e decide fazer um *tour* de ônibus. Ele toma um ônibus lotado e imediatamente pega o último assento que sobrou. A pequena senhora que ele empurrou para o lado com seu ombro ao alcançar o assento, fica parada na frente dele, olhando-o ameaçadoramente. Passam minutos. Finalmente, percebendo que meu irmão não irá se mover, ela suspira e vai resignadamente para o fundo do ônibus. Nada de mais para uma aventura, mas o suficiente, eu espero, para o meu ponto. Eu disse que a pequena senhora percebeu que meu irmão não iria se mover. Isto implica que ela percebeu que, ou sabia que, *era o meu irmão* que se recusou a se mover? Claramente não. Nós podemos dizer que *S* sabe que *X* é *Y* sem implicar que *S* sabe que *é um X* que *é Y*. Nós não *temos* que descrever nossa pequena senhora como sabendo que *o homem* ou *a pessoa* não iria se mover. Nós podemos dizer que ela percebeu que, ou sabia que, *meu irmão* não iria se mover (menos, é claro, este padrão de ênfase), e podemos dizer isto porque dizer isso não acarreta que a pequena senhora sabia que, ou percebeu que, *era o meu irmão* que se recusou a se mover. Ela sabia que meu irmão não iria se mover, e ela sabia disso a despeito do fato que ela não sabia de algo que era necessariamente implicado pelo que ela sabia – a saber, que a pessoa que se recusou a se mover era meu irmão.

Eu argumentei em outro lugar que para ver que *A* é *B*, que as rosas estão murchas, por exemplo, não é ver, nem mesmo ser capaz de ver, que elas são rosas que estão murchas⁵. Ver que a viúva está sem forças não é ver que é uma viúva que está sem forças. Estou agora argumentando que esta mesma característica se mantém para todos operadores epistêmicos. Posso saber que as rosas estão murchando sem saber que elas são rosas, saber que a água está

⁵ *Seeing and Knowing* (Chicago: University Press, 1969), pp. 93-112, e também “Reasons and Consequences”, *Analysis* (Abril 1968). (Nota do autor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

fervendo sem saber que isto é água, e provar que a raiz quadrada de 2 é menor que a raiz quadrada de 3 e, ainda, não estar apto a provar o que é acarretado por isso – a saber, que o número 2 *tem* uma raiz quadrada.

O ponto geral pode ser posto desta forma: há certas pressuposições associadas com um enunciado. Estas pressuposições, apesar de suas verdades serem acarretadas pela verdade do enunciado, não são parte do que é *operado* quando operamos no enunciado com um de nossos operadores epistêmicos. Os operadores epistêmicos não *penetram* nestas pressuposições. Por exemplo, ao dizer que o café está fervendo eu afirmo que o café está fervendo, mas ao afirmar isso eu não afirmo que *é* café o que está fervendo. Antes, isso é dado por certo, assumido, pressuposto, ou o que você tiver. Portanto, quando eu digo que eu tenho uma razão para crer que o café está fervendo, eu não estou dizendo que esta razão se aplica ao fato de que é café o que está fervendo. Isto está *ainda* pressuposto. Eu posso ter tal razão, é claro, e são boas as chances de que eu tenha tal razão, ou eu não teria me referido ao que eu acredito estar fervendo *como sendo café*, mas ter uma razão para crer que o café está fervendo não é, por meio disso, ter uma razão para crer que é café o que está fervendo.

Alguém suporia que se isto é verdade sobre os operadores semi-penetrantes, então deveria também ser verdade sobre os operadores não-penetrantes. Eles também deveriam falhar em alcançar as pressuposições. Isto é exatamente o que descobrimos. Pode ser acidental que os dois caminhões colidiram, mas não de todo acidental que foram dois caminhões que colidiram. Caminhões eram os únicos veículos permitidos na estrada aquele dia, e assim não foi de todo acidental ou uma questão de acaso que o acidente aconteceu entre os dois caminhões. Ainda, foi um acidente que os dois caminhões colidiram. Ou suponha que a Sra. Murphy dê por engano comida de cachorro a seu gato. Não precisa ser um erro que ela deu a comida para *seu* gato, ou *alguma* comida para *um* gato. Isto foi intencional. O que foi um erro foi que era comida de cachorro que ela deu para seu gato.

Portanto, a primeira classe de conseqüências que diferenciam os operadores epistêmicos dos operadores completamente penetrantes é a classe de conseqüências associada com as pressuposições de uma proposição. O fato de que os operadores epistêmicos não penetram nestas pressuposições é o que ajuda a torná-los semi-penetrantes. E este é um fato extremamente importante. Pois pareceria que se isto é verdade, então para saber que as flores estão murchas eu não preciso saber que elas são flores (que estão murchas) e, portanto, não

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

tenho que saber todas aquelas conseqüências que se seguem do fato de que elas são flores, flores reais, que eu sei estarem murchas.

Ao invés de perseguir nesta linha, no entanto, eu gostaria de voltar ao que considero ser um conjunto de conseqüências mais significativa – “mais significativa” porque elas são as conseqüências que estão diretamente envolvidas em muitos argumentos céticos. Suponha que nós afirmemos que x é A . Considere algum predicado, ‘ B ’, que é incompatível com A , tal que nada pode ser ambos A e B . Segue-se então do fato de que x é A que x é não B . Além disso, se nós unirmos B com qualquer outro predicado, Q , segue-se do fato de que x é A que x é não (B e Q). Irei chamar este tipo de conseqüência uma *conseqüência de contraste*, e estou interessado em um subconjunto particular deste; pois eu acredito que as objeções céticas mais presentes às nossas afirmações de conhecimento ordinário exploram um conjunto particular destas conseqüências de contraste. A exploração procede como segue: alguém pretende saber que x é A , que o muro é vermelho, digamos. Agora o cético encontra um predicado ‘ B ’ que é incompatível com ‘ A ’. Neste exemplo particular podemos deixar ‘ B ’ estando pelo predicado ‘é branco’. Uma vez que ‘ x é vermelho’ acarreta ‘ x não é branco’, também acarreta que x é não- (branco e Q), onde ‘ Q ’ é qualquer predicado que queiramos escolher. Portanto, o cético escolhe um ‘ Q ’ que dá expressão a uma condição ou circunstância dentro da qual uma parede branca apareceria exatamente da mesma forma que uma parede vermelha. Para simplificar podemos deixar ‘ Q ’ estando por: ‘engenhosamente iluminada para parecer vermelha’. Nós temos agora esta cadeia de implicações: ‘ x é vermelha’ acarreta ‘ x não é branca’ acarreta ‘ x não é branca engenhosamente iluminada para parecer vermelha’. Se ‘saber que’ é um operador penetrante, então se qualquer um sabe que a parede é vermelha ele deve saber que esta não é branca engenhosamente iluminada para parecer vermelha. (Eu assumo aqui que as partes relevantes sabem que se x é vermelho, ele não pode ser branco feito para parecer vermelho). Ele deve saber que esta conseqüência de contraste particular é verdadeira. A questão é: nós sabemos, falando de forma geral, qualquer coisa deste tipo? Normalmente nós nunca nos damos ao trabalho de checar a iluminação. Nós raramente adquirimos quaisquer razões *especiais* para crermos que a iluminação está normal, embora possamos falar vagamente sobre não ter razão para crer que ela esteja incomum. O fato é que nós habitualmente tomamos tais coisas por certas, e embora nós normalmente tenhamos *boas* razões para fazer tais suposições rotineiras, eu não acho que estas razões sejam suficientemente boas, não sem checagem precavida especial no caso particular, para dizer da

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

situação particular em que estamos inseridos que *sabemos* que as condições estão normais. Para ilustrar, deixe-me dar a você um outro exemplo – um exemplo bobo, mas não mais bobo do que um grande número de argumentos céticos com os quais estamos familiarizados. Você leva seu filho ao zoológico, vê várias zebras e, quando questionado pelo seu filho, diz para ele que elas são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós teria pouca hesitação em dizer que sabemos disso. Nós sabemos como as zebras se parecem e, além disso, este é o zoológico da cidade e os animais estão em um cercado onde claramente está escrito “Zebras”. Ainda, algo ser uma zebra implica que este algo não é uma mula e, em particular, não é uma mula engenhosamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para parecer uma zebra. Você sabe que estes animais não são mulas engenhosamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem zebras? Se você está tentado a dizer “Sim” a esta questão, pense um momento sobre quais razões você tem, que evidência você pode fornecer em favor desta afirmação. A evidência que você *tinha* para pensar que elas são zebras está sendo efetivamente neutralizada, uma vez que isto não conta em favor de elas *não* serem mulas engenhosamente disfarçadas para parecerem zebras. Você checkou com as autoridades do zoológico? Você examinou os animais perto o suficiente para detectar tal fraude? Você pode fazer isso, é claro, mas na maioria dos casos você não faz algo desse tipo. Você tem algumas uniformidades gerais nas quais confia, regularidades para as quais você dá expressão com comentários como, “Isto não é muito provável” ou “Por que as autoridades do zoológico fariam isso?”. É admitido, a hipótese (se podemos chamá-la assim) não é muito plausível, dado o que sabemos sobre pessoas e zoológicos. Mas a questão aqui não é de se esta alternativa é plausível, não é de se é mais ou menos plausível do que a de que há zebras reais no cercado, mas se *you sabe* que esta hipótese alternativa é falsa. Eu não acho que você saiba. Nisso eu concordo com o cético. Eu me separo da companhia do cético somente quando ele conclui a partir disso que, portanto, você não sabe que os animais no cercado são zebras. Eu me separo dele porque eu rejeito o princípio que ele usa ao alcançar sua conclusão – o princípio de que se você não sabe que *Q* é verdade, quando é sabido que *P* acarreta *Q*, então você não sabe que *P* é verdade.

O que eu estou sugerindo é que simplesmente admitamos que nós *não* sabemos que algumas destas “alternativas céticas” contrastantes *não* são o caso, mas que nos recusemos a admitir que nós não sabemos aquilo que originalmente dissemos que sabíamos. Meu saber que a parede é vermelha certamente acarreta que a parede é vermelha; também acarreta que a

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

parede não é branca e, em particular, acarreta que a parede não é branca engenhosamente iluminada para parecer vermelha. Mas não se segue do fato de que eu sei que a parede é vermelha, que eu *sei* que ela não é branca engenhosamente iluminada para parecer vermelha. Nem se segue do fato de que eu sei que aqueles animais são zebras que eu sei que eles não são mulas engenhosamente disfarçadas para parecerem zebras. Estas são algumas das conseqüências de contraste nas quais os operadores epistêmicos não penetram.

À parte de afirmar isto, que argumentos podem ser produzidos para dar suporte ao afirmado? Eu poderia proceder pela multiplicação de exemplos, mas eu não acho que exemplos sozinhos irão suportar todo o peso deste ponto de vista. A tese ela própria é suficientemente contra-intuitiva para tornar controversos os exemplos cruciais em sua maioria. Qualquer um que já está convencido de que o ceticismo está errado, e que ainda se encontra problematizado pelos tipos de argumentos céticos que mencionei irá, sem dúvida, tomar isso mesmo como um argumento em favor da minha afirmação de que os operadores epistêmicos são somente semi-penetrantes. Isto, no entanto, dificilmente constitui um argumento contra o ceticismo. Para isso precisamos de fundamentos *independentes* para pensar que os operadores epistêmicos não penetram nas conseqüências de contraste. Assim, irei proceder de uma maneira mais sistemática. Irei oferecer uma analogia com três outros operadores e concluirei fazendo alguns apontamentos gerais sobre o que eu penso que pode ser aprendido desta analogia. O primeiro operador é ‘explica porquê’ ou, mais sugestivamente (para os propósitos desta analogia):

(A) *R* é a razão (razão explanatória) que (ou pela qual)...

Por exemplo, a razão pela qual *S* parou de fumar foi que ele estava com medo de ter câncer. O segundo operador tem a ver com razões novamente, mas neste caso é uma razão que tende a *justificar* alguém a fazer alguma coisa:

(B) *R* é uma razão para... (*S* fazer *Y*).⁶

⁶ Diferentemente de nossos outros operadores, este não tem um operando proposicional. A despeito das outras diferenças óbvias entre este caso e os outros, eu ainda acho que é útil chamar atenção para suas características análogas. (Nota do Autor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

Por exemplo, o fato de que eles estão vendendo o mesmo (tipo de) carro aqui muito mais barato do que em qualquer outro lugar, é uma razão para comprar o carro aqui ao invés de em qualquer outro lugar. O *status* disso como uma razão irá, é claro, depender de uma variedade de circunstâncias, mas situações podem facilmente ser imaginadas nas quais isso seria uma razão para alguém comprar o carro aqui. Finalmente, há uma relação modal particular que pode ser construída como um operador sentencial:

(C) R não seria o caso a menos que...

Por exemplo, ele não teria apostado sete cartas não-trunfo a menos que tivesse todos os quatro ases. Irei abreviar este operador como ' $R \rightarrow \dots$ '; portanto, nosso exemplo poderia ser escrito como 'ele apostou sete não trunfos \rightarrow ele tinha todos os quatro ases'.

Cada um destes operadores tem características similares àquelas dos nossos operadores epistêmicos. Se alguém reconstituir a base que nós já havíamos coberto, este alguém irá descobrir, eu penso, que estes operadores todos penetram mais fundo que os tpicos operadores não-penetrantes. Se R explica porque (ou  a razão de que) P e Q é o caso, então ele explica porque ( a razão de que) Q é o caso⁷. Se eu posso explicar porque Bill e Harold são sempre convidados para todas as festas, eu posso explicar porque Harold é sempre convidado para todas as festas. Do fato de que foi um erro para mim largar o meu emprego não se segue que foi um erro para mim fazer alguma coisa, mas se eu tinha uma razão para largar o meu emprego, segue-se que eu tinha uma razão para fazer alguma coisa. E se a grama não seria verde a menos que tivesse bastante sol e água, segue-se que ela não seria verde a menos que tivesse gua.

Além disso, as similaridades persistem quando alguém leva em consideração as conseqüências de pressuposo. Eu argumentei que os operadores epistêmicos falham em penetrar nas pressuposes; os três operadores acima apresentam a mesma característica. Ao explicar porque ele leva seu lanche para o trabalho, eu não explico (ou não preciso explicar) porque ele vai ao trabalho ou porque ele trabalha de todo. A explicação pode ser óbvia em

⁷ Deve-se ser cuidadoso para não confundir conjunção sentencial com expressões que soam similares envolvendo uma relação entre duas coisas. Por exemplo, dizer que Bill e Susan casaram-se (se  pretendido dizer que ele se casaram *um com o outro*), embora acarrete que Susan se casou, não o faz por *simplificação*. 'Razão pela qual' penetra por meio de simplificação lógica, *não* por meio do tipo de acarretamento representado por estas duas proposições. Isto é, a razão pela qual eles se casaram  que eles amaram um ao outro; que eles amaram um ao outro não é a razão pela qual Susan se casou. (Nota do Autor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Não 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	-------------	------------------	-------------

alguns casos, é claro, mas o fato é que não preciso ser capaz de explicar porque ele trabalha (ele é *tão* rico), de explicar porque ele leva seu lanche para o trabalho (a comida da cafeteria é *tão* ruim). A razão pela qual os olmeiros na Rua Principal estão morrendo *não* é a razão pela qual há olmeiros na Rua Principal. Eu tenho razão para alimentar meu gato, nenhuma razão (não, ao menos, a mesma razão) para ter um gato. E embora seja bem verdadeiro que ele não teria sabido sobre nossos planos se a secretária não tivesse dito a ele, não se segue que ele não teria sabido sobre nossos planos se *alguma coisa que não a secretária* tivesse contado a ele. Isto é, (Ele sabia sobre os nossos planos) \rightarrow (A secretária contou para ele) ainda que *não* seja verdade que (Ele sabia sobre nossos planos) \rightarrow (Foi a secretária que contou a ele). Ainda, o fato de que *foi a secretária* que contou a ele (eu assumo isso) é uma conseqüência de pressuposição do fato de que *a secretária* contou a ele. De modo similar, se George sai para botar fogo no primeiro prédio vazio que encontrar, pode ser verdadeiro dizer que George não teria colocado fogo na igreja a menos que ela (a igreja) estivesse vazia, mas é falso dizer que George não teria colocado fogo na igreja a menos que *ela fosse uma igreja*.

Eu agora quero argumentar que estes três operadores não penetram num certo conjunto de conseqüências de contraste. Na medida em que os operadores epistêmicos são similares a estes operadores, podemos então inferir, por analogia, que eles também falham em penetrar em certas conseqüências de contraste. Esta é, assumidamente, uma forma fraca de argumento, dependente como está dos fundamentos que há para pensar que os três operadores acima e os operadores epistêmicos compartilham a mesma lógica a este respeito. Todavia, a analogia é reveladora. Alguém pode mesmo achá-la persuasiva⁸.

(A) As paredes rosas da minha sala não combinam com meu velho sofá verde. Reconhecendo isso, começo a pintar as paredes com um tom de verde compatível. Esta é a razão que eu tenho, e que dou, para pintar as paredes de verde. Agora, em tendo esta explicação de porque eu pinte as paredes de verde, eu não acho que eu tenha uma explicação para duas outras coisas, que são ambas acarretadas por aquilo de que tenho uma explicação. Eu não expliquei porque, *ao invés* de pintar as paredes de verde, eu não comprei um novo sofá ou não cobri o velho sofá com uma capa adequada. Nem expliquei porque, *ao invés* de pintar as paredes de

⁸ Eu penso que aqueles que estão inclinados a dar uma descrição causal do conhecimento deveriam estar particularmente interessados no operador ' $R \rightarrow \dots$ ' uma vez que, presumivelmente, ele estará envolvido em muitos casos de conhecimento ("muitos" não "todos", posto que alguém pode querer excluir alguma forma de conhecimento imediato – conhecimento de alguém de seus próprios estados psicológicos – da descrição causal). Se este operador é somente semi-penetrante, então qualquer descrição de conhecimento que conta com a relação

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

verde, eu não pintei elas de branco e as iluminei com luz verde. O mesmo efeito teria sido alcançado, teria servido à mesma proposta, embora com muito maior gasto.

Eu espero que alguém faça objeção como segue: embora a explicação dada para pintar as paredes de verde não explica, por si mesma, porque ao invés disso o sofá não foi trocado, ela, no entanto, é bem sucedida como uma explicação de porque as paredes foram pintadas de verde somente na medida em que há uma explicação de porque ao invés disso o sofá não foi trocado. Se não há explicação de porque eu não troquei o sofá, não houve um exame real, completo, de porque as paredes foram pintadas de verde.

Eu acho esta objeção errada. Eu posso, é claro, ter uma explicação de porque eu não comprei um sofá novo: eu amo o sofá antigo ou ele tem um valor sentimental. Mas, novamente, eu posso não ter. Simplesmente nunca me ocorreu de trocar o sofá; ou (se alguém pensa que não estar ocorrendo a mim *é* uma explicação de porque eu não troquei o sofá) eu posso ter pensado nisso mas decidi, por razões (se há alguma) que não posso lembrar, deixar o sofá e pintar as paredes. Isto é dizer que eu não posso explicar porque eu não troquei o sofá. Eu pensei nisso, mas eu não o fiz. Eu não sei por quê. Ainda, eu *posso* dizer a você porque eu pintei as paredes de verde. Elas não combinavam com o sofá.

(B) O fato de que eles estão vendendo Xs muito mais barato aqui do que em qualquer outro lugar pode ser uma razão para comprar o seus Xs aqui, mas esta certamente não precisa ser uma razão para fazer o que é uma consequência necessária de *comprar* os seus Xs aqui – a saber, não *roubar* os seus Xs aqui.

(C) Deixe-nos supor que *S* está operando em circunstâncias perfeitamente normais, um conjunto de circunstâncias no qual é verdade dizer que a parede que ele vê (agora) não pareceria verde para ele a menos que ela fosse verde (se fosse de qualquer outra cor ela pareceria diferente para ele). Embora nós possamos facilmente imaginar situações nas quais isto é verdade, não se segue que a parede não pareceria verde a *S* (agora) se ela fosse branca engenhosamente iluminada para parecer verde. Isto é,

expressa por este operador (como acredito que as descrições causais devem contar) estará muito perto de dar uma descrição “semi-penetrante” do ‘saber que’. (Nota do Autor)

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

(i) A parede parece verde (para S) \rightarrow a parede é verde.

(ii) A parede é verde *acarreta* que a parede não é branca engenhosamente iluminada para parecer verde (para S).

são ambas verdadeiras; ainda, *não é verdade* que

(iii) A parede parece verde (para S) \rightarrow a parede não é branca engenhosamente iluminada para parecer verde (para S).

Há dezenas de exemplos que ilustram a relativa impenetrabilidade deste operador. Nós podemos dizer com verdade que A e B não teriam colidido se B não tivesse desviado no último momento e ainda conceder que eles teriam colidido sem qualquer desvio da parte de B se a direção para a qual A estava se movendo fosse devidamente alterada no começo⁹.

A estrutura destes casos é virtualmente idêntica com aquela que apareceu no caso dos operadores epistêmicos, e eu penso que olhando um pouco mais de perto para esta estrutura nós podemos aprender algo muito fundamental sobre a nossa classe de operadores epistêmicos e, em particular, sobre o que significa saber algo. Se eu posso colocar desta forma, dentro do contexto destes operadores nenhum fato é uma ilha. Se nós estamos simplesmente elaborando os fatos, então podemos dizer que é um fato que a Brenda não comeu sobremesa alguma (embora estivesse incluída na refeição). Nós podemos dizer isso sem um pensamento sobre que tipo de pessoa a Brenda é ou sobre o que ela poderia ter feito se tivesse pedido sobremesa. No entanto, se colocamos este fato dentro de, digamos, um

⁹ A explicação de porque a relação modal entre R e P ($R \rightarrow P$) falha em ser transmitida (penetrar) para as conseqüências lógicas de P (i. e., $R \rightarrow Q$ onde Q é uma conseqüência lógica de P) é encontrada no conjunto de circunstâncias que são tidas como *dadas*, ou *mantidas*, em condicionais subjuntivos. Há certas conseqüências lógicas de P que, por entrar em uma referência a circunstâncias tacitamente mantidas no subjuntivo original ($R \rightarrow P$), introduzem uma possível variação nestas circunstâncias e, portanto, levam a uma *estrutura diferente* de condições fixas sob as quais há acesso à verdade de $R \rightarrow Q$. Por exemplo, no último exemplo do texto, quando é dito que A e B não teriam colidido se B não tivesse desviado no último momento, a verdade deste condicional claramente toma como *dado* que A e B controlavam as trajetórias anteriores em que de fato estiveram na ocasião em questão. *Dado* certos fatos, incluindo o fato de que eles estavam viajando na direção que estavam, eles não teria colidido se B não tivesse desviado. Algumas das conseqüências lógicas do enunciado de que B desviou não deixam, no entanto, estas conseqüências inalteradas – por exemplo, B não se moveu numa linha perfeitamente reta em direção a dois graus no sentido anti-horário da direção que ele de fato seguiu. Esta conseqüência “se ajusta” com as circunstâncias originalmente tidas como *dadas* (mantidas), e uma falha de penetração irá frequentemente surgir quando isso ocorrer. *Não precisa ser verdade* que A e B não teriam colidido se B tivesse

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

contexto explanatório, se tentamos explicar este fato, ele repentinamente aparece dentro de uma rede de fatos relacionados, uma rede de alternativas possíveis que servem para definir *o que é isto que está sendo explicado*. O que está sendo explicado é uma função de duas coisas – não somente o fato (Brenda não pediu qualquer sobremesa), mas também a série de alternativas relevantes. Uma alternativa relevante é uma alternativa que poderia ter sido realizada nas circunstâncias existentes se o estado de coisas atual não tivesse se materializado¹⁰. Quando eu explico porque Brenda não pediu qualquer sobremesa dizendo que ela estava satisfeita (estava de dieta, não gostava de coisa alguma no cardápio da sobremesa), eu explico porque ela não pediu qualquer sobremesa *ao invés de, em oposição a*, pedir alguma sobremesa e *comê-la*. É esta possibilidade competidora que ajuda a definir o que é que eu estou explicando quando explico porque Brenda não pediu qualquer sobremesa. Mude este contraste, introduza um conjunto diferente de alternativas relevantes, e você muda o que é isto que está sendo explicado e, portanto, o que conta como uma explicação, mesmo se (como se fosse) o mesmo fato está sendo explicado. Considere os seguintes contrastes: pedir alguma sobremesa e atirá-la no garçom; pedir alguma sobremesa e levá-la para a casa de um amigo doente. Com estes contrastes nenhuma das explicações acima são mais explicações de porque Brenda não pediu sobremesa. Qualquer um que queira realmente saber por que Brenda não pediu qualquer sobremesa e jogou-a no garçom, não será ajudado ao ouvir que ela estava satisfeita ou de dieta. Isto é somente dizer que, dentro do contexto de explicação e dentro do contexto de nossos outros operadores, a proposição em que operamos deve ser entendida como inserida numa matriz de alternativas relevantes. Nós explicamos porque *P*, mas nós os fazemos dentro de uma estrutura de alternativas competidoras *A*, *B* e *C*. Além do mais, se a possibilidade *D* não está dentro deste conjunto de contraste, não está dentro desta rede de alternativas relevantes, então mesmo se não-*D* se segue necessariamente do fato, *P*, que nós explicamos, nós não explicamos por que não-*D*. Embora o fato de que Brenda não pediu a sobremesa e jogou-a no garçom segue-se necessariamente do fato de que ela não

se movido em uma linha perfeitamente reta a dois graus anti-horários em direção que ele de fato seguiu. (Nota do Autor)

¹⁰ Eu estou consciente de que esta caracterização de uma “alternativa relevante” não é, como ela está, muito esclarecedora. Não estou certo de que posso torná-la mais precisa. O que estou conforme pode ser expresso dessa forma: se Brenda *tivesse* pedido sobremesa, ela *não teria* atirado a sobremesa no garçom, enchido seus sapatos com sobremesa, ou levado esta sobremesa na casa de um amigo doente (ela não tinha amigo doente). Estas não são alternativas que *poderiam* ter sido realizadas nas circunstâncias existentes se o estado de coisas atual não tivesse se materializado. Portanto, elas não são alternativas relevantes. Em outras palavras, o ‘poderiam ter sido’ na minha caracterização de uma alternativa relevante terá de ser desfeito em termos de contrafactuais. (Nota do Autor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

pediu sobremesa (o fato que é explicado), esta consequência necessária não é explicada pela explicação dada. As únicas consequências de contraste nas quais este operador penetra são aquelas que aparecem na explicação original como alternativas relevantes.

Assim é com nossos operadores epistêmicos. Saber que x é A é saber que x é A dentro de uma estrutura de alternativas relevantes, B , C e D . Este conjunto de contrastes, junto com o fato de que x é A , serve para definir o que é isto que é conhecido quando alguém sabe que x é A . Não se pode mudar este conjunto de contrastes sem mudar o que uma pessoa supõe saber quando ela é dita como sabendo que x é A . Nós temos maneiras sutis para mudar estes contrastes e, portanto, para modificar o que uma pessoa é dita saber *sem modificar a sentença que usamos para expressar o que ela sabe*. Tome o fato de que Lefty matou Otto. Mudando o padrão de ênfase nós podemos invocar um diferente conjunto de contrastes e, portanto, alterar o que é que S é dito saber quando ele é dito saber que Lefty matou Otto. Nós podemos dizer, por exemplo, que S sabe que *Lefty* matou Otto. Neste caso (e eu acho que esta é a forma com que usualmente ouvimos a sentença quando não há ênfase *especial*) estamos sendo noticiados que S sabe a identidade do assassino de Otto, que *foi Lefty* quem matou Otto. Assim, nós esperamos que as razões de S para crer que Lefty matou Otto consistam em fatos que apontam Lefty como o bandido *ao invés de* George, Mike, ou alguém mais. Por outro lado, nós podemos dizer que S sabe que Lefty *matou* Otto. Neste caso estamos sendo noticiados que S sabe *o que Lefty fez a Otto*; ele o matou *ao invés de* meramente injuriá-lo, o matou *ao invés de* meramente ameaçá-lo, etc. Uma boa razão para crer que Lefty *matou* Otto (ao invés de meramente injuriá-lo) é que Otto está morto, mas isto não é muito de uma razão, se é que se trata de uma razão, para crer que *Lefty* matou Otto. Modificando o conjunto de contrastes (de ‘Lefty ao invés de George e Mike’ para ‘matou ao invés de injuriar ou ameaçar’) por meio da mudança de padrão de ênfase, modifica-se o que é que alguém alegadamente sabe quando alguém é dito saber que Lefty matou Otto¹¹. O mesmo ponto pode ser feito aqui, como o que fizemos no caso da explicação: o operador irá penetrar *somente* naquelas consequências de contraste que fazem parte da rede de alternativas relevantes que estruturam o contexto original, no qual uma afirmação de conhecimento foi feita. Assim como não explicamos porque Brenda não pediu sobremesa alguma e jogou-a no garçom quando explicamos porque ela não pediu sobremesa alguma (embora o que tivemos explicado – o não pedir sobremesa

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

dela – acarreta isso), assim também ao saber que Lefty *matou* Otto (sabendo que o que Lefty fez a Otto foi matá-lo) nós não necessariamente (embora o possamos) sabemos que Lefty matou Otto (sabemos que *foi Lefty* quem matou Otto). Lembre do exemplo da pequena senhora que sabia que meu irmão não iria se mover sem saber que era meu irmão quem não iria se mover.

As conclusões a serem tiradas são as mesmas que aquelas no caso da explicação. Assim como podemos dizer que dentro do cenário original, dentro da estrutura original de alternativas que definiram o que nós estávamos tentando explicar, nós *explicamos* porque Brenda não pediu sobremesa alguma, assim também dentro do cenário original, dentro do conjunto de contrastes que definiram o que era que estávamos afirmando saber, nós *sabíamos* que a parede era vermelha e *sabíamos* que era uma zebra que estava no cercado.

Introduzir um novo e maior conjunto de alternativas, como o cético está inclinado a fazer com nossas afirmações de conhecimento, é expor conseqüências daquilo que sabemos, ou temos razão para crer, que nós podemos não saber, podemos não ter razão para crer; mas isto não mostra que nós não sabíamos, não tínhamos razão para crer, seja lá o que for que tenha estas conseqüências. Argumentar desta forma é, eu afirmo, tão errado como argumentar que não explicamos porque Brenda não pediu sobremesa (dentro do cenário original, normal) porque não explicamos por que ela não pediu alguma e jogou-a no garçom.

Referência

DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DRETSKE, F. “Epistemic Operators”. *The Journal of Philosophy*. Vol. 67, No. 24 (1970), pp. 1007-1023.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2024710>. Acessado em 29/04/2009.

PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

¹¹ O mesmo exemplo funciona bem com o operador ‘ $R \rightarrow \dots$ ’. Pode ser verdadeiro dizer que Otto não estaria morto a menos que Lefty o *matasse* (a menos que o que Lefty fez a ele foi matá-lo), sem ser verdade que Otto não estaria morto a menos que Lefty o *matasse* (a menos que foi Lefty quem o matou). (Nota do Autor).

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 400-418
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------